

Política

— CONSTITUINTE —

Para cobrir todos os novos benefícios previstos para a Previdência, as empresas vão pagar mais. E a alíquota de contribuição pode ser alterada com antecedência de 90 dias — mas vai depender do Congresso.

Quem vai pagar essa conta

Uma das principais preocupações de constituintes do Centrão e da própria esquerda do PMDB que ontem votaram contra a ampliação dos benefícios da seguridade social aos trabalhadores (as pensões passam a ter valores iguais aos da aposentadoria, os aposentados e pensionistas passam a ter direito ao 13º integral) era com a questão dos recursos necessários para cobrir essas despesas. Quem vai pagar? Segundo o que foi aprovado, esses novos recursos virão, basicamente, da contribuição dos empregadores que além de incidir sobre a folha de salários como acontece hoje, incidirá também sobre o faturamento e o lucro das empresas.

A contribuição sobre os salários dos trabalhadores continuará existindo e as loterias passarão a contribuir também para o orçamento da seguridade social, além de "outras fontes destinadas a garantir a manutenção da expansão da seguridade social".

O Centrão foi derrotado ain-

da no item relativo ao prazo necessário para que eventuais aumentos das alíquotas de contribuição, uma vez decididos pelo Congresso Nacional, passem a vigorar, "se houver problemas de caixa na previdência".

As normas aprovadas ontem com relação às fontes de financiamento da seguridade social articulam-se com o item já aprovado do Título VI (Da Tributação e do Orçamento), que criou o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos vinculados à administração direta e indireta, fundos e fundações mantidos pelo poder público. Esse orçamento terá de ser aprovado pelo Congresso Nacional e só o Congresso poderá alterá-lo. Além das contribuições sociais (dos empregadores, dos empregados e das loterias), integrarão o fundo comum da seguridade social, os recursos previstos nos orçamentos dos Estados, dos Municípios e Territórios, que não integrarão o orçamento da União.

Depois de mais de duas semanas de negociações sobre o capítulo que trata da Educação, persiste o impasse em dois pontos: a gratuidade do ensino nas universidades e a questão do salário-educação, que entraria como fonte adicional de financiamento do ensino fundamental. Hoje pela manhã, o Centrão e a esquerda se reúnem mais uma vez para tentar fechar um acordo global do capítulo antes de começar a votação.

Ontem à noite, o acordo estava evoluindo. O Centrão aceitava a gratuidade do ensino público em todos os níveis desde que o texto referente à questão das bolsas de estudo fosse o seguinte: "O

ensino fundamental terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação a ser recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que poderão deduzir suas despesas realizadas com ensino de seus empregados e dependentes".

Entre os principais avanços do acordo já fechado estão o aumento da porcentagem dos recursos destinados para o setor da Educação de 13% para 18% nos Estados e 25% nos Municípios. Há também a valorização dos profissionais de ensino, com a criação de um plano de carreira para o Magistério Público, piso salarial profissional e ingresso exclusiva-

mente por concurso público. Ficou ainda garantido que o ensino é livre à iniciativa privada e possibilitando a concessão de bolsas de estudo a alunos carentes que não consigam matrículas nas escolas públicas. A questão da bolsa de estudo ainda é objeto de discussão porque, segundo lideranças da esquerda, "ela institucionaliza um sistema de espúrio, de clientelismo político-partidário".

A exemplo do que aconteceu quando estavam sendo votados os capítulos da reforma agrária e saúde cerca de 1500 lobistas da área de Educação, entre reitores de universidades, professores e estudantes se instalaram no Con-

gresso tentando convencer os constituintes para a aprovação de emendas que os favoreçam. Os reitores, por exemplo, promoveram uma grande reunião ontem na biblioteca e, ao final do encontro, decidiram enviar aos parlamentares uma nota pedindo a gratuidade no ensino de terceiro grau, o que contraria a proposta do Centrão, que defende o ensino gratuito apenas no primeiro e segundo graus. A Universidade Federal do Rio de Janeiro chegou a montar um stand na entrada do Congresso e apresentava um vídeo no qual pedem votos para o ensino gratuito em todos os níveis.

Educação: ainda há discussão sobre dois pontos.



Covas admite: aprovado os cinco anos, ele deixa o PMDB.

O senador Mário Covas (PMDB-SP) admitiu ontem que, aprovado o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, formalizará sua saída do PMDB, entrando no novo partido de centro-esquerda em formação. "Digamos, por exemplo, que dentro de dez ou 15 dias eu suba à tribuna para pedir apoio às eleições presidenciais em 88, argumentou o senador paulista, e a maioria não me acompanhe, preferindo eleições em 89. Como é que fica o líder?"

Diante de uma avaliação do secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), de que Covas seria o candidato ideal para presidente da República em 89, caso o partido optasse por uma candidatura de centro-esquerda, o líder peemedebista soltou uma gargalhada, recomendando ao parlamentar mineiro que não considere essa possibilidade.

A saída de Covas será acompanhada também pelo deputado Geraldo Alknin, o mais votado na região de Aparecida do Norte e Pindamonhangaba e um dos protagonistas da erosão que o PMDB vem sofrendo ultimamente no Vale do Paraíba.